

Socorro prolongado

AUXÍLIO EMERGENCIAL SERÁ
MANTIDO ATÉ OUTUBRO, DIZ
MINISTRO GUEDES. [Página 12](#)

Emergencial. Segundo ele, benefício será mantido até a data prevista para imunização total da população

Auxílio será prorrogado até outubro, diz Paulo Guedes

Extensão deve ser via MP, mas decisão final é do presidente Jair Bolsonaro

■ BRASÍLIA. O governo vai prorrogar o auxílio emergencial por mais três meses, informou o ministro da Economia, Paulo Guedes. Com isso, a ajuda voltada aos mais vulneráveis durante a pandemia será estendida até outubro, nos mesmos valores entre R\$ 150 e R\$ 375 e com igual alcance em termos de público. Hoje, o auxílio emergencial contempla cerca de 39,1 milhões de brasileiros.

Segundo Guedes, o Ministério da Saúde informou que toda a população adulta estará vacinada contra a Covid-19 até outubro. Até lá, o governo quer garantir a proteção dos vulneráveis, daí a necessidade de extensão do auxílio. O ministro ressaltou ainda que a política vem sendo conduzida pelo Ministério da Cidadania, e a decisão final sobre a extensão é do presidente Jair Bolsonaro.

Para bancar a prorrogação do benefício, deve ser aberto um crédito extraordinário de cerca de R\$ 20 bilhões. O número final ainda está sendo refinado com base nos dados dos pagamentos realizados em junho.

O valor vai reforçar os cerca de R\$ 7 bilhões que ainda estão disponíveis no montante de R\$ 44 bilhões já destinado ao programa e que não foi usado porque o número de famílias na nova rodada ficou abaixo do inicialmente projetado. Cada parcela tem tido um custo de cerca de R\$ 9 bilhões mensais. O crédito extraordinário banca despesas emergenciais e fica fora do teto de gastos.

MP. A prorrogação deve ocorrer por Medida Provisória (MP). A necessidade de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para isso, aventada anteriormente, perdeu força porque esse tipo de crédito já fica fora do teto, e há espaço na meta fiscal (que

permite rombo de até R\$ 247,1 bilhões no ano) para acomodar o gasto adicional.

No início do ano, o governo precisou de uma PEC para os primeiros R\$ 44 bilhões destinados à nova rodada do auxílio porque o Orçamento de 2021 ainda estava em tramitação no Congresso e não havia espaço na meta. Segundo a equipe econômica, não há essa necessidade agora.

A prorrogação do auxílio ainda vai abrir mais espaço no Orçamento de 2021 para o lançamento da nova política social permanente, que vai suceder o Bolsa Família. Isso porque as famílias contempladas pelo Bolsa são “transferidas” para a folha do auxílio emergencial durante sua vigência, poupando o orçamento do programa.

Hoje, essa “sobra” do Bolsa dentro do teto é de aproximadamente R\$ 7 bilhões e deve ficar maior com a extensão da ajuda temporária. O dinheiro deve ser usado para turbinar a nova política social.

O desenho do substituto do Bolsa Família precisa ser implementado até dezembro de 2021, ou acabará engavetado, pois a lei veda a adoção desse tipo de medida em ano eleitoral.

A Lei das Eleições diz que, no ano de realização do pleito, é proibida a distribuição de valores e benefícios, exceto programas sociais já autorizados em lei e com execução orçamentária no exercício anterior – neste caso, em 2021.

Parcelas

Saque. Beneficiários nascidos em outubro podem sacar a partir de hoje a segunda parcela do auxílio emergencial. Amanhã será a vez dos nascidos em novembro.

PEDRO LADEIRA/FOLHAPRESS - 10.6.2021



Projeto. Plano do governo é criar novo programa para substituir Bolsa Família após o fim do auxílio

Média per capita

Renda cai abaixo de R\$ 1.000

+ RIO DE JANEIRO. Com o impacto da pandemia no mercado de trabalho, a desigualdade alcançou nível recorde no país. Ou seja, a diferença que separa os ganhos de ricos e pobres ficou ainda maior. Os dados integram a pesquisa “Bem-Estar Trabalhista, Felicidade e Pandemia”, divulgada ontem pelo centro de estudos FGV Social.

O salto na desigualdade é medido pelo Índice de Gini. Na escala de Gini, 0 significa igualdade de renda. Quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade.

No primeiro trimestre de 2020, o índice estava em 0,642. No primeiro trimestre deste ano, o indicador alcançou a marca de 0,674, a maior da série analisada, com início em 2012.

No primeiro trimestre de 2020, a renda média per capita havia alcançado o maior ponto da série: R\$ 1.122. Mas, com a crise, desabou 11,3%, para R\$ 995 em igual período de 2021. É o menor patamar da série e a primeira vez que a renda fica abaixo de R\$ 1.000. “O resultado é pior do que uma década perdida”, diz Marcelo Neri, do FGV Social.


ALEX DE JESUS - 25.8.2020



Renda média per capita no país desabou 11,3% entre 2020 e 2021

Bolsa Família

Mais de 400 mil na fila do programa não receberam benefício

 **BRASÍLIA.** Mais de 400 mil cadastrados que estão na fila de espera do Bolsa Família ficaram sem o auxílio emergencial neste ano, apesar de o governo Bolsonaro dizer que os recursos para o pagamento da assistência emergencial na pandemia estão sobrando. Essas famílias apresentaram documentação ao Ministério da Cidadania no início do ano, quando a nova rodada do auxílio ainda não tinha sido lançada.

A pasta analisou e confirmou que essas pessoas estão abaixo da linha de pobreza e extrema pobreza, previstas

no Bolsa Família. Após esse aval, as famílias entram na fila de espera. Sem a ampliação do programa social, prometida desde o fim de 2019, quase 1,2 milhão de cadastros aguardavam em março para receber a transferência de renda.

A partir de abril, o governo passou a priorizar o auxílio, que tinha acabado de ser recriado. O programa temporário tem muito mais recursos do que o Bolsa Família. No entanto, números obtidos pela “Folha de S.Paulo” mostram que, considerando a fila do Bolsa Família, 763 mil estão recebendo o auxílio emergencial. Isso significa que, apesar de já terem superado a burocracia da documentação, 423,3 mil lares não receberam a renda do programa social em abril nem a assistência emergencial para enfrentar a pandemia.

O Ministério da Cidadania afirmou, em nota, que tem adotado medidas para alcançar a maior cobertura possível “de famílias em situação de vulnerabilidade, assegurando uma renda mínima para essa parcela da população”. **(Thiago Resende/Folhapress)**